

Opinião do GLOBO

Falta de dados tem prejudicado o combate à dengue

Só foram confirmadas 40% das mortes suspeitas. Informação de qualidade é essencial para decisões

Dez estados, entre eles Rio e São Paulo, já decretaram emergência epidemiológica para a dengue, assim como as prefeituras de diversas cidades pelo país. A medida permite que prefeitos e governadores façam despesas na velocidade exigida pela evolução do contágio. Mas não é simples gerenciar uma crise na saúde pública dessa dimensão, agravada pela limitação da disponibilidade de vacinas.

Com quase 2,3 milhões de casos, a incidência da infecção queirosa recorde na série histórica de dados do Ministério da Saúde. A contagem correta e atualizada da evolução do contágio é ferramenta essencial para os epidemiologistas administrarem o combate à doença. Tudo precisa ser feito para evitar pressão excessiva sobre o sistema de saúde e corrigir falhas no atendimento médico.

A maior preocupação entre os epidemiologistas hoje é o número elevado de mortes ainda "em investigação". São classificadas assim aquelas que se acredita terem sido causadas por dengue, mas ainda não foram confirma-

das pelas secretarias de Saúde. É vereda que houve melhora. Na semana passada, apenas 35% das mortes suspeitas haviam sido confirmadas. Pelos números mais recentes, já são quase 40%. Mesmo assim, ainda há muita dúvida. "Se somarmos os óbitos suspeitos com os confirmados, teremos mais mortes que no ano passado. Como é possível que os gestores tomem decisões se desconhecem a real gravidade da doença?", diz o infectologista Julio Croda, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Fiocruz.

Numa epidemia, as estatísticas funcionam como instrumentos de bordo de um navio ou avião, essenciais para a tripulação chegar ao destino com segurança. Sem os dados corretos, os gestores da crise operam em voo cego. Para dar a dimensão do problema, o epidemiologista Wanderlei Oliveira, ex-secretário de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde, calcula que, a esta altura do ano passado, 82% do total de casos de dengue tinha desfecho conhecido. Hoje, a média dos casos enterrados é menos da metade. Entender a razão das mortes é fundamental. "Só assim

será possível diagnosticar que não houve encaminhamento à hidratação ou que a equipe está sobrecarregada", diz ele. A própria magnitude da epidemia e sua severidade continuam desconhecidas.

O Ministério da Saúde alega que "abastecem os estados e municípios com testes para a detecção da doença". E que a análise de óbitos é "cuidadosa e demorada". Isso não resolve o problema. O Estado de São Paulo, que apresentava a mesma disparidade na semana passada, decidiu criar um comitê para apoiar a investigação sobre as discrepâncias dos números. "Temos um comportamento diferente neste ano, com a antecipação das chuvas e o aumento da temperatura", afirma Tatiana Lang D'Agostini, diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) do Estado de São Paulo.

Na deficiência de estatísticas, falham os três níveis da administração, federal, estadual e municipal. O Brasil dispõe de tecnologia, profissionais e competência para criar procedimentos ágeis e eficazes de acompanhamento da epidemia. É dever dos gestores da saúde saber usá-los.

Artigos

opinioes.globo.com/opinioes/colunistas/vera-magalhaes

VERA MAGALHÃES

vera.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@globo.com.br



Um longo caminho para sanear a política

A resolução, que ainda pode se mostrar parcial, da trama para executar Marielle Franco revelou um grau maior de entranhamento do crime organizado no aparato político e policial do que aquele que se supunha. A participação do responsável pela Polícia Civil em todas as fases da arquitetura do assassinato foi aquele detalhe que, se não chega a surpreender, ainda choca até quem pesquisa o tema ou quem acompanhou por seis anos o vaivém das investigações, como a família da vereadora.

O comportamento da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados ontem diante da gravidade dessa infiltração é mais uma demonstração crua, rasteira, de que as prisões de Domingos e Chiquinho Brazão e Rivaldo Barbosa não chegaram nem a arrancar o edifício de conluio entre o estamento institucional e diferentes organizações criminosas, do tráfico à milícia, passando pelo jogo do bicho.

Demonstrando completa indiferença ao repúdio nacional aos detalhes da trama macabra para matar Marielle, que ceifou também a vida de Anderson Gomes, deputados do Novo e do Republicanos urdiram nos bastidores um cínico pedido de vista, sob a alegação de que houve algofalho na prisão de seu colega Chiquinho. O próprio deputado preso apareceu em videoconferência com semblante condoído, queixando-se do "ódio" que campeia. Quem foi vítima de ódio? Ele ou a vereadora?

Andar para depois de um feriado uma decisão que lhe cabe por lei, a Câmara dos Deputados prefere ser omissa para não deixar de ser corporativista. Age, assim, como o sindicato que Arthur Lira se esmera em comandar.

Vinham avançando no silêncio das reuniões em gabinete tratativas para aumentar a blindagem — os deputados não gostam do termo, mas como se chama a camada de proteção que se coloca nos veículos para não serem alvejados por tiros que atingem os demais desguarnecidos? — em investigações que se sejam submetidos. A sucessão de casos em que filiados ao sindicato da Câmara aparecem como cidadãos ou envolvidos levou o espírito de corpo a falar mais alto, e não devem demorar a sair do forno propostas, inclusive de emendas constitucionais, tentando salvaguardar parlamentares de ser submetidos a busca e apreensão e aumentar a inviolabilidade das dependências do Congresso.

Isso, no entanto, ainda estava um degrau abaixo na escala da imoralidade que é proteger alguém acusado de ordenar um homicídio. É de uma igual aos senhores deputados, pois, como eles, Marielle era uma representante do Estado brasileiro no exercício do mandato para o qual havia sido eleita. Que um dos seus seja acusado de tamanha atrocidade deveria ser o motivo de espanto dos deputados, e não a "pressa" (!) em resolver um crime que ocorreu há seis anos e para o qual se desejava impunidade total.

O espetáculo dantesco promovido pela CCIJ, já sob nova direção, se soma à reprodução em série dos cilos políticos. Enquanto dois expoentes da família Brazão estão presos, já há herdeiros sendo forçados para substituir os patriarcas nos negócios da política.

Tornou-se um chavão, entoadado até por líderes políticos em postos de comando, criticar a "criminalização" da política. O caso Marielle e outros tantos que evidenciam a tomada da política pelo crime atestam a necessidade de aposentar esse chorumbe.

A cada eleição, o financiamento de organizações criminosas a candidatos ao Executivo e ao Legislativo aumenta. É notória a presença desses grupos nas cúpulas de diferentes partidos, e não são poucas as evidências de infiltração no Judiciário, além da polícia. É necessário um trabalho conjunto dos três Poderes, de todos os entes federativos e das demais instituições do Estado para sanear a política, que está gravemente criminalizada.

Apagão no centro de SP exige cobrar mais eficácia da concessionária Enel

Não é a primeira vez que moradores da maior cidade do país são submetidos a longos períodos sem luz

O s constantes apagões enfrentados por moradores de São Paulo nos últimos dias ultrapassaram o limite do razoável. Assim como as desculpas apresentadas pela concessionária Enel para justificar as interrupções. Em bairros da região central da cidade, a falta de luz, que começou na manhã da segunda-feira, dia 18, se estendeu por mais de uma semana, afetando serviços essenciais como hospitais, escolas e transportes, além de transformar num caos a vida de moradores e comerciantes.

Não se pode menosprezar o sacrifício imposto à população. Prejuízos causados pela perda de alimentos em refrigeradores desligados, a condição de calor abafador ou torresnas secas como efeito colateral da falta de luz sobre as bombas d'água nem são os problemas mais graves. Outros beiraram a crueldade, caso dos doentes que dependem de equipamentos permanentemente ligados em casa ou dos idosos forçados a subir ou descer inúmeros

lances de escada na falta de elevadores. Nem todos os lugares dispõem de gerador, e a Enel demora a colocar os em operação enquanto faziam os reparos necessários a restaurar o fornecimento.

Pode-se até compreender quando os problemas decorrem de chuvas torrenciais ou de vendavais que derrubam árvores e danificam a rede elétrica. Sabe-se que, devido às mudanças climáticas, esses imprevistos estão mais frequentes, por isso as empresas de energia precisam se preparar para dar uma resposta rápida à população. Mas o descaso é indelével quando o problema não decorre de situações extremas, caso do longo apagão nos bairros centrais de São Paulo na semana passada.

Inicialmente, a Enel afirmou que uma escavação da Sabesp, concessionária paulista de água e esgoto, atingiu acidentalmente cabos subterrâneos. A Sabesp alegou que investigações preliminares não detectaram danos. No meio do tirocínio verbal, fica o consumidor que paga a conta em dia e não recebe o serviço contratado.

Não é a primeira vez que moradores de São Paulo foram submetidos a longos períodos sem luz. Em novembro do ano passado, mais de 400 mil residências ficaram sem energia por mais de 60 horas depois de uma tempestade. Em alguns lugares, o supêlico durou mais de cem horas. Levantamento do GLOBO mostrou que Enel, que atende São Paulo e outras 23 cidades da Região Metropolitana, registrou 339.993 quebras de energia não programadas em 2023 — ou uma interrupção a cada minuto e meio —, 37% acima da média dos anos anteriores.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel) precisa cobrar da Enel um serviço decente. Não a favor, é obrigação. O contrato da concessionária vai até 2028, e os moradores não podem passar mais quatro anos submetidos a apagões sucessivos. O transtorno é inaceitável. Hospitais têm de remarcar cirurgias, escolas dispensam alunos, comerciantes precisam compartilhar geradores, cidadãos acamparam na casa de parentes ou fugiram para hotéis. Não é possível que alguém ache isso normal na maior cidade do país.

A cada eleição, o financiamento de organizações criminosas a candidatos ao Executivo e ao Legislativo aumenta

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho e Roberto Marinho

O GLOBO
apresentado por Roberto Marinho

DIRETOR GERAL: Roberto Marinho
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Marinho

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Marinho
DIRETOR DE VENDAS: Roberto Marinho

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Marinho
DIRETOR DE DIFUSÃO: Roberto Marinho

DIRETOR DE TI: Roberto Marinho
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Marinho

DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Marinho
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Marinho

DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Marinho
DIRETOR DE EXPEDIENTE: Roberto Marinho

DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Marinho
DIRETOR DE DIFUSÃO: Roberto Marinho

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Marinho
DIRETOR DE VENDAS: Roberto Marinho

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Marinho
DIRETOR DE DIFUSÃO: Roberto Marinho

DIRETOR DE TI: Roberto Marinho
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Marinho

DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Marinho
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Marinho

DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Marinho
DIRETOR DE EXPEDIENTE: Roberto Marinho

DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Marinho
DIRETOR DE DIFUSÃO: Roberto Marinho

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Marinho
DIRETOR DE VENDAS: Roberto Marinho

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Marinho
DIRETOR DE DIFUSÃO: Roberto Marinho

DIRETOR DE TI: Roberto Marinho
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Marinho

DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Marinho
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Marinho

DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Marinho
DIRETOR DE EXPEDIENTE: Roberto Marinho

DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Marinho
DIRETOR DE DIFUSÃO: Roberto Marinho

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Marinho
DIRETOR DE VENDAS: Roberto Marinho

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Marinho
DIRETOR DE DIFUSÃO: Roberto Marinho

Princípios editoriais do Grupo Globo: <http://globo.br/principios>

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI

DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI
DEPARTAMENTO DE TI